



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS
SETOR DE CONTABILIDADE

RESUMO CONTÁBIL

Natal, 17 de março de 2023.



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	30 de setembro de 2022	31 de dezembro 2021
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	67.452	70.658
Contas a Receber	5	3.431	4.037
Estoques	7	7.241	8.081
Tributos a Compensar	8	7.821	6.843
Despesas Antecipadas		60	33
Outros Créditos	6	2.796	2.577
Total do ativo circulante		88.801	92.231
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	9	2.694	2.635
Depósitos/Bloqueios judiciais e Contratuais		2.686	2.632
Outros Valores a Receber		8	3
Investimentos		30	30
Imobilizado Líquido	10	320.326	304.366
Intangível		126	87
Total do ativo não circulante		323.175	307.118
Total do Ativo		411.976	399.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Passivo a descoberto	Nota	30 de setembro de 2022	31 de dezembro 2021
Circulante			
Fornecedores	13	3.298	4.067
Obrigações Trabalhistas	11	7.051	5.219
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	132.831	123.260
Obrigações Societárias		1	1
Contas a Pagar	13	284	670
Outros Passivos	14	2.532	2.494
Total do passivo circulante		145.997	135.712
Não Circulante			
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	103.813	104.329
Provisão para contingências	15	57.887	68.885
Créditos para aumento de capital	18.a	293.185	269.865
Total do passivo não circulante		454.885	443.080
Total do passivo		600.883	578.792
Passivo a descoberto			
Capital Social	17	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20	26.196	20.881
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	18.b	69.635	69.635
Prejuízos acumulados	19.b	(717.581)	(702.802)
Total do patrimônio líquido		(188.906)	(179.443)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		411.976	399.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
		2022	2021	2022	2021
Receita Líquida dos serviços	21	78.477	53.372	32.574	
Custos operacionais	22	(47.333)	(40.047)	(15.815)	
Lucro Bruto		31.144	13.325	16.759	
(Despesas)/Receitas operacionais		(10.955)	(32.439)	(8.062)	
Despesas administrativas e gerais	23	(28.352)	(24.903)	(9.178)	
Despesas para créditos de liquidação duvidosa	24	(982)	(833)	(52)	
Despesas tributárias		(1.259)	(664)	(470)	
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	25	8.145	(6.227)	1.647	
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	10	0	0	0	
Outras (despesas)/receitas operacionais	26	11.493	188	(9)	
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		20.189	(19.114)	8.697	
Receitas financeiras	27	6.731	1.229	2.631	
Despesas financeiras	27	(41.667)	(21.870)	(12.881)	
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(14.748)	(39.754)	(1.553)	
IRPJ e CSLL		0	0	0	
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	19.b	(14.748)	(39.754)	(1.553)	
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,0001)	(0,0002)	(0,0000)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Nota	Período de nove meses findos em 30 de setembro		Período de três meses findos em 30 de setembro de	
		2022	2021	2022	2021
Resultado do Período		(14.748)	(39.754)	(1.553)	(21.751)
Outros Resultados Abrangentes		-			
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	20	5.315	9.887	(840)	4.373
Resultado Abrangente Consolidado do Período		(9.433)	(29.867)	(2.393)	(17.379)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 17)	Adiantamentos para Aumento de Capital (Nota 18)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 20)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados (Nota 19)
Em 31 de dezembro de 2020		432.843	0	8.145	(625.960)
Ajustes de Exercícios Anteriores	19.a				(9.598)
Lucro/Prejuízo líquido do período	19.b				(39.754)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20			9.887	
Em 30 de setembro de 2021		432.843	0	18.032	(675.311)
Mutações do período		0	0	9.887	(49.352)
Em 31 de dezembro de 2021		432.843	69.635	20.881	(702.802)
Ajustes de Exercícios Anteriores	19.a				(31)
Lucro/Prejuízo líquido do período	19.b				(14.748)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20			5.315	
Em 30 de setembro de 2022		432.843	69.635	26.196	(717.581)
Mutações do período		0	0	5.315	(14.778)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Período de nove meses findos em	
		30 de setembro de	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	19.b	(14.748)	(39.754)
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e amortização		14.201	12.661
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos	10	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20	5.315	9.887
Ajustes de Exercícios Anteriores	19.a	(31)	(9.598)
Provisões (reversão) para contingências judiciais	25	(8.145)	6.227
Provisões (reversão) para perdas com créditos esperadas	24	982	833
Despesas de atualização monetária	27	21.613	6.553
Baixas de Imobilizado	19.a	-	9.299
Redução (Aumento) de Ativos			
Contas a receber	5	(376)	(2.254)
Estoques	7	841	4.741
Tributos a Compensar/Recuperar	8	(978)	(257)
Despesas antecipadas		(27)	16
Outros créditos	6	(219)	(717)
Outros ativos não circulantes	9	(58)	(863)
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	13	(770)	766
Obrigações Trabalhistas	11	1.832	1.996
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	9.054	6.622
Outras Obrigações	13/14	(349)	388
Outros passivos não circulantes	15	(1.146)	(738)
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		26.994	5.807
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Juros sobre investimentos			(8)
Devolução de investimentos			9
Aquisições de imobilizado	10	(30.143)	(11.088)
Aquisições do Intangível		(57)	(55)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(30.200)	(11.143)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Crédito para aumento de capital		-	4.454
Caixa líquido das atividades de financiamento		-	4.454
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(3.206)	(882)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	70.658	17.791
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	67.452	16.909
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa		(3.206)	(882)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
		2022	2021
1 Receitas		87.339	59.895
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	21	88.322	60.728
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24	(982)	(833)
2 Insumos adquiridos de terceiros		(24.852)	(16.962)
2.1 Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	22	(15.477)	(10.868)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	22	(8.847)	(5.439)
2.3 Perda / Recuperação de valores ativos	10	0	0
2.4 Outras	26	(528)	(654)
3 Valor adicionado bruto		62.488	42.934
4 Retenções		(6.056)	(18.889)
4.1 Depreciação e amortização	22/23	(14.201)	(12.661)
4.2 Provisões	25	8.145	(6.227)
5 Valor adicionado líquido		56.432	24.045
6 Valor adicionado recebido em transferência		18.752	2.071
6.1 Receitas financeiras	27	6.731	1.229
6.2 Outras	26	12.021	842
7 Valor adicionado a distribuir		75.184	26.116
8 Valor adicionado distribuído		75.184	26.116
8.1 Pessoal		38.265	36.654
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais	22/23	29.360	28.614
8.1.2 Benefícios	22/23	6.345	6.390
8.1.3 FGTS	22/23	2.559	1.649
8.2 Impostos, taxas e contribuições		9.999	7.347
8.2.1 Impostos, taxas e contribuições		9.999	7.347
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		41.667	21.870
8.3.1 Juros e Correção Monetária	27	41.667	21.870
8.3.2 Aluguéis		0	0
8.4 Remuneração de capitais próprios		(14.748)	(39.754)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do exercício	19.b	(14.748)	(39.754)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº 001/2020, celebrado entre o Ministério da Infraestrutura e a CODERN, em 23.06.2020, tendo sido renovado pelo 4º aditivo nº 001/2020, com vigência até 18.12.2022.

Ressalta-se que no citado Convênio, foi previsto a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério da Infraestrutura e da CODERN para análise, avaliação e elaboração de proposta, visando a departamentalização da Administração do Porto de Maceió na CODERN. O Grupo de Trabalho concluiu o estudo em 10/12/2020, que, a CODERN aguarda definição do Ministério Supervisor, quanto à concretização do assunto.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, sal, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis intermediárias são preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias (IAS 34).

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o período findo em 30 de setembro de 2022 a Companhia apresenta prejuízo acumulado no montante de R\$ 14.748 mil. Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas e atualização monetária da dívida junto ao Portus - Previdência Complementar, no montante de R\$ 30.496mil. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios anteriores registra um total de R\$ 702.802 mil.

A administração da Companhia, buscando a adequação da sua estrutura de capital, para que possa promover um continuado crescimento nas atividades operacionais, está expandindo e melhorando a infraestrutura da sua área operacional e cumprindo a sua missão como Autoridade Portuária. Para isso, a Diretoria Executiva - DIREXE mantém mensalmente uma reunião de governança onde é apresentado o resultado dos indicadores do Plano de Saneamento Financeiro - PSF, discutido os resultados e definido metas para o próximo período. Com isso, a consciência situacional de todos os integrantes da CODERN vai sendo atualizada mês a mês, de forma sistêmica e comprometida, alinhada com os objetivos estratégico da Empresa.

O PSF é um plano estratégico com objetivos voltados para alcançar o equilíbrio orçamentário, tão importante para a saúde financeira da empresa, e promover o seu crescimento financeiro e econômico.

Com a sua implantação, ele tem reduzido as incertezas nas tomadas de decisões proporcionando um alinhamento coerente e seguro com o processo decisório. O PSF é uma ferramenta importante para estabelecer padrões de desempenho que busquem a excelência na otimização de despesas e geração de receitas, além de atender às determinações do controle interno e externo da administração Pública Federal, além de promover uma governança com efetividade.

A função prioritária do PSF continua sendo a gestão de resultados, por meio de um monitoramento contínuo que permite levantar as demandas das áreas operacionais e administrativas da Empresa, visando o melhor controle das despesas e o crescimento de receitas, objetivando a melhoria dos resultados financeiros.

Embora o PSF venha contribuindo de forma relevante para a gestão financeira e orçamentária, os resultados apresentados ainda não permitem que a CODERN faça investimentos na sua infraestrutura, motivando, assim, a necessidade de aportes de recursos como "Participação da União no Capital -PUC", para investimentos no ativo imobilizado.

Outro fator a ser considerado é o processo de arrendamento, cujo cronograma não vem sendo cumprido, uma vez que a empresa arrendatária não tem atendido as demandas necessárias para a conclusão do processo de arrendamento, definindo como 1º de novembro a data para a entrega do Terminal Salineiro de Areia Branca - TERSAB. Com isso, ficou prejudicada a implantação do Plano de Desligamento Voluntário do Empregado - PDVE, que, quando implantado, possibilitará um resultado de redução na folha de pagamento. Além disso, o Terminal Salineiro de Areia Branca - TERSAB, quando arrendado, não gerará mais despesas para CODERN, proporcionando um melhor resultado.

Como conclusão, podemos ressaltar que a implantação do PDVE e a entrega do TERSAB ao arrendatário, exigirá um novo modelo de governança, sendo que, para isso, o CODERN já vem se preparando com a busca novas oportunidades de negócios, visando o crescimento financeiro e econômico da Empresa.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como "empréstimos" no Balanço Patrimonial.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

A Companhia definiu como política para provisão de créditos de liquidação duvidosa um percentual de provisão baseado em expectativas futuras e eventos passados. No que se refere aos saldos não vencidos, com base na representatividade das provisões realizadas nas contas a receber em atraso com relação ao faturamento anual, estimou-se um percentual de expectativa de perda a ser provisionado.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

Bens em Operação	Taxa Anual
Infraestrutura Marítima	3,33% a 50%
Infraestrutura Acostagem	3,33% a 50%
Infraestrutura Terrestre	3,33% a 4%
Armazenagem	3,33% a 4%
Equipamentos	3,33% a 20%
Bens Administração	Taxa Anual

Terrenos	0%
Edifícios e Benfeitorias	3,33% a 4%
Instalações	4% a 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10% a 20%
Equipamentos de Informática	20%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	5% a 20%
Ferramentas	20%

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre PORTUS Patronal, PORTUS parcelado e RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior calculados à taxa do INPC.

3.11 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes, onde estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

3.13 Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Por diversos exercícios subsequentes, a Companhia vem apresentando prejuízos fiscais no qual vem gerando ativo fiscal diferido, mas de acordo com a NBC TG 32 - Tributos sobre o lucro, um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido na medida que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados, como não existem estimativas formais sobre a Companhia gerar lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais ou créditos fiscais existentes, o reconhecimento do ativo fiscal diferido não foi realizado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	30/09/2022	31/12/2021
Recursos em bancos	16.856	3.715
Fundo Rotativo	13	5
Recursos do Tesouro - SIAFI	34.778	64.392

Aplicações financeiras	15.805	2.547
Total de caixa e equivalentes de caixa	67.452	70.658

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 8,51% no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2022, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado. Houve redução de 46% no saldo de recursos do tesouro, principalmente pela aplicação de recursos recebidos da União para adequações no Terminal Salineiro de Areia Branca, aumento de 521% no saldo de aplicações financeiras principalmente pelo recebimento de recursos da Outorga EMPAT MAC 13 no Porto de Maceió e aumento de 354% no saldo de recursos em bancos em virtude do recebimento da parcela inicial do Arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca.

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 30 de setembro, assim especificado:

Clientes e contas a receber	30/09/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes	10.407	10.125
Menos: provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.976)	(6.088)
Total Contas a Receber	3.431	4.037

6. Outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife, bem como do PORTUS relativo a devolução de recursos recolhidos indevidamente em conformidade com o acórdão nº 2738/2016 - TCU -2º câmara.

Os saldos em 30 de setembro de 2022 estão apresentados a seguir:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Adiantamentos	843	565
Outros Valores a receber	541	531
Servidores Cedidos	89	67
Valores a Receber de Terceiros	3.594	3.686
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.271)	(2.271)
Total Devedores Diversos	2.796	2.577

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Material de consumo permanente Sede	434	1.393
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	6.530	6.489
Material de consumo permanente Maceió	277	199
Total	7.241	8.081

Houve redução de 10% nos saldos de estoque, principalmente em relação a Sede, em virtude de saída de bens permanentes que foram imobilizados no exercício de 2022.

8. Tributos a Compensar

Refere-se a tributos retidos na fonte sobre aplicações financeira ou de serviços prestados pela Companhia, créditos de PIS e COFINS sobre compras ou serviços tomados da operação, além de tributos pagos a maior em períodos anteriores.

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Tributos Retidos na Fonte	1.531	632
Tributos sobre Compras e Serviços a Recuperar	192	35
Outros Impostos a Recuperar/Compensar	6.098	6.176
Total	7.821	6.843

9. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais e Bloqueios judiciais, assim especificados:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Depósitos/Bloqueios Judiciais e Contratuais	3.626	8.590
(-) Prov. Depósitos/Bloqueios Judiciais	(940)	(5.958)

Outros valores a receber	3	3
Outros	5	
Total	2.694	2.635

10. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 30 de setembro de 2022 estão apresentados de acordo com os critérios da nota 3.6 e a conciliação do valor contábil no início e no final do período consta no quadro a seguir:

Discriminação	Custo em 31/12/2021	Adições	Baixas/ Ajustes	Custo em 30/09/2022	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Saldo líquido em 30/09/2022	Saldo líquido em 31/12/2021
Bens em Operação	572.007	14.656	0	586.664	(245.559)	(110.605)	230.500	229.098
Infraestrutura Marítima	56.948	1.203	0	58.151	(10.469)	(32.556)	15.126	14.790
Infraestrutura Acostagem	417.353	11.615	0	428.968	(169.698)	(78.049)	181.222	177.610
Infraestrutura Terrestre	496	0	0	496	(230)	0	266	266
Armazenagem	2.224	0	0	2.224	(920)	0	1.304	1.362
Equipamentos	94.986	1.838	0	96.825	(64.242)	0	32.583	35.070
Bens Administração	101.354	1.338	(0)	102.692	(27.656)	(64.849)	10.187	9.778
Terrenos	96	0	0	96	0	0	96	96
Edifícios e Benfeitorias	81.163	58	0	81.221	(11.539)	(63.421)	6.262	6.497
Instalações	11.386	543	0	11.930	(9.642)	(975)	1.312	902
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	4.471	202	(0)	4.673	(3.189)	(454)	1.031	1.058
Equipamentos de Informática	2.017	221	0	2.238	(1.617)	0	621	483
Móveis e Utensílios	1.072	76	(0)	1.148	(883)	0	265	254
Veículos	551	0	0	551	(569)	0	(19)	0
Ferramentas	99	16	0	115	(81)	0	34	28
Peças e Conjuntos de Reposição	500	221	0	720	(135)	0	585	460
Bens de Terceiros	63.955	0	0	63.955	0	0	63.955	63.955
Infraestrutura Marítima	3.113	0	0	3.113	0	0	3.113	3.113
Infraestrutura Acostagem	60.842	0	0	60.842	0	0	60.842	60.842
Imobilização em Curso	1.535	14.149	0	15.684	0	0	15.684	1.535
Total	738.852	30.143	(0)	705.040	(273.214)	(175.454)	320.326	304.366

Conforme determina A NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2021, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

- ✓ UGC Terminal Salineiro de Areia Branca (controladora)
- ✓ UGC Porto de Natal (controladora)
- ✓ UGC Terminal de Passageiros (controladora)
- ✓ UGC Porto de Maceió (controlada)

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2021	Provisão de Perda por Desvalorização	Reversão de Perda por Desvalorização	Baixa por Inventário	Saldo em 30/09/2022
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	68.196				68.196
UGC Porto de Natal	90.019				90.019
UGC Terminal de Passageiros	0				0
UGC Porto de Maceió	17.239				17.239
Total	175.454	0	0	0	175.454

11. Obrigações trabalhistas

Os valores de obrigações trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, provisões de férias e 13º salários e outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Salários e Remunerações a pagar	6	891
Rescisões a pagar	0	6
Provisão para Férias	4.059	4.083
Provisão para 13º Salário	1.809	0
Plano de Saúde	0	0
Remuneração Confis/Consad	17	22
Outras Obrigações Trabalhistas	420	217
Reclamações Trabalhistas a Pagar	741	0
Diárias	0	1
Total obrigações fiscais e trabalhistas	7.051	5.219

12. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os valores de obrigações fiscais e previdenciárias reconhecidos no passivo circulante e não circulante compreendem valores relativo a INSS, FGTS, Plano de Previdência Complementar, Tributos correntes ou parcelados, entre outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Encargos Sociais e Previdenciários	113.652	104.494
INSS a pagar	21.613	17.927
FGTS a pagar	181	286
Plano de Previdência Complementar	90.674	85.222
INSS - Autônomos	253	212
INSS - Terceiros	930	848
Obrigações Fiscais	19.179	18.766
Tributos Federais a Recolher	12.407	8.875
Tributos Federais - Terceiros	2.613	2.549
Parcelamentos Fiscais - Federais	2.444	2.648
Tributos Municipais	812	4.004
Parcelamentos Fiscais - Municipais	903	690
Outras Obrigações Fiscais	0	0
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Circulante	132.831	123.260

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Encargos Sociais e Previdenciários	60.583	64.289
Plano de Previdência Complementar	60.583	64.289
Obrigações Fiscais	43.229	40.041
Parcelamentos Fiscais - Federais	39.710	39.986
Tributos Municipais	3.519	55
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Não Circulante	103.813	104.329

Os valores relativos ao Plano de Previdência Complementar compreendem contribuições dos empregados, patronal, parcelamentos, déficit atuarial, RTSA, bem como o termo de compromisso financeiro firmado em jun/2020 objetivando o saneamento do déficit atuarial, assim discriminadas:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Passivo Circulante	90.674	85.222
PORTUS RTSA	33.863	31.291
Portus - Retido dos Empregados	912	926
PORTUS assistidos	3.508	2.985
PORTUS - Contribuição Patronal	21.602	20.176
Portus - Parcelado	27.840	25.516
Portus - TCF	2.903	4.266
Portus - Contribuição Extraordinária	47	63
Passivo não circulante	60.583	64.289
PORTUS RTSA	9.117	8.873
PORTUS - Termo de Compromisso TCF	40.972	38.799
Déficit Atuarial - Portus	10.494	16.618
Total	151.257	149.510

13. Fornecedores e Contas a pagar

a) Fornecedores

Valores correspondentes a fornecedores de materiais e prestadores de serviços:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores de bens e materiais	2.077	2.612
Fornecedores de serviços	1.221	1.455
Total fornecedores	3.298	4.067

b) Contas a pagar

Os valores de contas a pagar correspondem a valores a pagar para concessionárias de serviços essenciais, empregados, estagiários e terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
-----------	------------	------------

Água e Esgoto	4	0
Energia Elétrica	209	610
Correios	1	2
Telefone	4	4
Internet	2	3
Empregados	6	4
Estagiários	7	9
Terceiros	51	38
Total contas a pagar	284	670

O saldo a pagar de energia elétrica, refere-se às faturas emitidas em setembro/2022 a serem pagas em outubro/2022.

14. Outros passivos

Os valores de outros passivos correspondem principalmente a valores de caução para garantia de contratos ou serviços e outras obrigações, onde detalhamos a seguir:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Caução para Garantia de Contratos ou Serviços	2.380	2.324
Valores Pendentes de Classificação	104	106
Outras Obrigações	45	41
Tribunal Regional Federal	0	20
Contribuição Sindical	1	1
CPMF	1	1
Total contas a pagar	2.532	2.494

15. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.988	3.438	18.459	68.885
Provisões constituídas no período	219	1.854	3.586	5.659
Baixas de provisões	0	(15)	0	(15)
Reversões	(9.988)	(2.859)	(3.796)	(16.643)
Saldo em 30 de setembro de 2022	37.220	2.418	18.249	57.887

15.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 30.09.22, totalizou R\$ 2.418 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 04 processos em andamento, relativos à diferenças salariais, os quais apresentam valores irrisórios.

Na filial Maceió, temos 15 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de 792 mil e corresponde a vantagens de horas extras e reflexos, decorrido o prazo para manifestação do reclamante.

15.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 30.09.2022, totalizou R\$ 37.220 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

O saldo de R\$ 35.653 corresponde a um processo da matriz, relativo a contribuições previdenciárias do Portus provenientes do Porto do Recife: 1. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDAS - (ano de 1997 - em 180 parcelas - consistentes das contribuições de junho/1993 a novembro/1994 e julho/96 a abril/97) - débito cobrado por parcelas não pagas a partir de 2001, referente as parcelas vencidas de 46 a 48 e 50 a 85 e parcelas vincendas de 86 a 180. 2. Contribuições Normais - Período: julho a dezembro/1999 e fevereiro/2000 a fevereiro/2001 e abril/2001. Houve recursos até o STJ, sendo mantida a condenação solidária da CODERN e o Porto do Recife. Processo remetido ao setor de cálculo para manifestação quanto às impugnações das partes.

A CODERN e o PORTUS formalizaram o termo de Compromisso Financeiro do Déficit atuarial, tendo sido reconhecido o débito em junho/2020, cuja 1ª parcela foi paga em agosto/2020 e vem sendo paga mensalmente. A dívida se encontra em fase de negociação.

Na filial Maceió encontra-se registrado 08 processos em trâmite, sendo o mais relevante no valor de R\$ 560 mil, relativo à PETROBRÁS.

15.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 30.09.2022 o montante de R\$ 18.249 mil, em obediência a NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 02 processos em andamento relativo a falta de recolhimento de ICMS de jan/91 a jan/92 e penalidade por falta de emissão de documento fiscal (conhecimento de transporte hidroviário de cargas) referente as prestações de serviços efetivadas no período de jan/90 a dez/91, com saldo de 11.499 mil. As ações possuem garantias de bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

Na filial Maceió, temos 08 processos em andamento, sendo o processo de maior relevância no total de R\$ 3.700 mil, tendo como credor a Prefeitura Municipal de Maceió.

15.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 30.09.2022 somou R\$ 177.360 mil, assim especificadas:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Causas trabalhistas	10.157	10.781
Causas fiscais	9.170	24.044
Causas cíveis	158.033	122.224
Total	177.360	157.049

Na matriz, temos 41 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a processo do Ministério Público (TAC) apresentado bens à penhora (R\$ 335 mil), verbas trabalhistas (R\$ 533 mil), aguardando audiência inicial, bem como indenização de horas extras (R\$ 301 mil), aguardando prazo para apresentação de defesa.

Na matriz, temos 06 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral da União, no qual alguns possui garantia de penhora de imóvel e recursos financeiros.

Na matriz, temos 36 processos relativo a causas cíveis, os mais relevantes correspondem a contribuições do Portus (R\$ 53.814 mil), questiona-se diversos períodos de contribuições não pagas provenientes dos Portos de Recife, Cabedelo e Maceió: 1) no período de 17 de janeiro de 1991 até 06 de Junho de 2001, em relação ao Porto de Recife; 2) no período de 19 de novembro de 1990 até dezembro de 2010, com relação ao Porto de Maceió; 3) no período de 19 de novembro de 1990 até 31 de dezembro de 1997, com relação ao Porto de Cabedelo; Os processos estão tramitando, sendo um em fase de instrutória na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outro em fase de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; reequilíbrio contratual/indenização(R\$ 12.480), a decisão interlocutória que afastou a prescrição foi recorrida por agravo ao TRF5; e a operacionalização de escâner de container(11.000.000), aguarda ciência de instrução.

Na filial Maceió, existem 31 processos referentes a causas trabalhistas, sendo que o mais relevante, refere-se às verbas trabalhistas, no valor de R\$ 950 mil, referentes horas extras e reflexos.

Na filial Maceió, identifica-se 09 processos referentes a demandas cíveis, sendo o mais relevante atinente à Mendes Júnior, no valor de R\$ 27 mil.

16. Provisão de Déficit Atuarial - Planos de Pensão

No exercício de 2019, a Codern fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R1) - benefício a empregados.

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Déficit Atuarial	10.494	16.618
Total	10.494	16.618

A redução do Déficit ocorreu em virtude do Termo de Compromisso Financeiro que foi firmado com o PORTUS, no valor total de R\$ 38.512 milhões, com entrada de R\$ 265 mil e o saldo residual parcelado em 177 parcelas mensais e sucessivas, que será atualizada mensalmente pelo INPC, acrescido da taxa de juros anual de 4,81% e sistema de amortização Price.

16.1. Cálculo Atuarial do plano pós-emprego

O estudo atuarial do plano apresenta déficit de R\$ 10.494 em 30/09/2022 (R\$ 16.618 mil em 31/12/2021), os valores apurados conforme laudo atuarial e os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

16.2. Valor justo dos Ativos

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

16.3. Premissas Atuariais

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

17. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 30 de setembro de 2022 soma R\$ 432.843 mil.

Acionistas	Em R\$	% Participação	Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.151.204
Total	432.843	181.197.364.435

18. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional até a data de 21/06/2018, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Créditos para aumento de capital	30/09/2022	31/12/2021
Porto de Natal e Areia Branca	75.950	69.876
Porto de Maceió	217.235	199.989
Total	293.185	269.865

b. Valores registrados no Patrimônio Líquido

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional a partir da data de 22/06/2018, ocasião que a Companhia passou a ser empresa pública, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, sem correção à taxa Selic de acordo com o parágrafo único do disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	30/09/2022	31/12/2021
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Salineiro de Areia Branca	67.351	67.351
Implantação do Programa do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos	1.075	1.075
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal	743	743
Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional	7	7
Aquisição de Grupo-Gerador para o Porto de Natal - No Estado do Rio Grande do Norte	460	460
Total	69.635	69.635

19. Prejuízos acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ -31 mil (R\$ -9.598 em 2021).

Ajustes de Exercícios Anteriores	30/09/2022	30/09/2021
Ativo Não Circulante - Imobilizado		(9.299)
Outros Ajustes	(31)	(299)
Total	(31)	(9.598)

b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Prejuízo de R\$ 14.748 mil em 30/09/2022 (Prejuízo de R\$ 39.754 em 30/09/2021).

No entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas e receitas não desembolsáveis/reembolsáveis, tais como: depreciação, *impairment*, variação monetária passiva e provisões para contingências, bem assim reversões de provisões ou para créditos de liquidação duvidosa, houve um lucro na Companhia, no valor de R\$ 13.904 mil em 30 de setembro 2022, conforme o quadro a seguir:

Descrição	30/09/2022	30/09/2021
Resultado líquido	(14.748)	(39.754)
Ajustes ao resultado líquido		
Depreciação e amortização	14.201	12.661
Provisões	(7.163)	7.060
Despesas de atualização monetária	21.613	6.553
Resultado líquido ajustado	13.904	(13.480)

20. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 5.315 mil em 30/09/2022 (R\$ 9.887 em 30/09/2021) relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, conforme linha c.14 do quadro informado na Nota 16.1.

21. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Período de nove meses findos em 30 de setembro		Período de três meses findos em 30 de setembro	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta dos serviços prestados				
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	15.958	14.100	3.997	3.700
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	3.595	2.908	989	1.012
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	24.714	24.127	3.845	6.603
Receitas por Movimentação de Cargas	7.124	3.361	4.372	1.020
Receitas de Armazenagem	4.534	3.792	1.823	1.045
Receitas por Diversos Padronizados	6.590	5.771	1.332	1.822
Receitas com Contratos de Arrendamento	25.015	6.620	19.140	2.320
Receitas Alternativas	792	50	717	15
Total da Receita bruta	88.322	60.728	36.216	17.538
(-) Impostos sobre serviços prestados	(9.845)	(7.356)	(3.642)	(2.059)
Receita líquida dos serviços prestados	78.477	53.372	32.574	15.479

O aumento de 112% na receita com movimentação de carga ocorreu em razão do incremento da movimentação de açúcar a granel e do sal na filial de Maceió.

O aumento de 278% na receita com contratos de arrendamento ocorreu em razão da parcela inicial do arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca, no mês de agosto/2022.

22. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Período de nove meses findos em 30 de setembro		Período de três meses findos em 30 de setembro	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	19.681	18.297	6.690	6.326
Serviços	9.484	7.320	2.677	2.188
Materiais	5.993	3.548	2.181	1.360
Depreciação	12.175	10.881	4.267	4.077
Total	47.333	40.047	15.815	13.952

Verificou acréscimo dos custos em 18%, principalmente no item materiais, em vista do aumento do consumo e preço dos combustíveis.

23. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Período de nove meses findos em 30 de setembro		Período de três meses findos em 30 de setembro	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	18.584	18.357	5.906	5.800
Serviços de Terceiros	6.657	3.625	2.206	1.543
Utilidades	553	407	246	185
Despesas Gerais	1.637	1.408	499	552
Depreciação	922	1.107	320	256
Total	28.352	24.903	9.178	8.335

Houve aumento de 14% nas despesas, principalmente no item serviços, tendo em vista o aumento das despesas com o OGMO - mão de obra supletiva na filial Maceió.

24. Créditos de liquidação duvidosa

Refere-se às Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais, de acordo com a nota 3.4.

25. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas, cíveis ou fiscais de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos com êxito para a Companhia.

Descrição	Período de nove meses findos em 30 de setembro		Período de três meses findos em 30 de setembro	
	2022	2021	2022	2021
Provisão para contingências	(5.752)	(9.858)	(1.321)	(7.126)
Reversão de provisões	13.897	3.631	2.968	102
Saldo líquido de provisões constituídas	8.145	(6.227)	1.647	(7.024)

A principal variação no período corresponde a reversão de Provisões Judiciais no valor de R\$ 9.987 mil relativa ao processo do Portus junto a CODERN-Sede.

26. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas eventuais recebidos de clientes, reembolso de despesas ou reversão de déficit atuarial, bem como despesas eventuais como ajustes de estoques por extravios, avarias ou perdas, e multas sofridas por órgãos reguladores.

Descrição	Período de nove meses findos em 30 de setembro		Período de três meses findos em 30 de setembro	
	2022	2021	2022	2021
Outras Receitas	12.021	842	119	207
Reembolso de Despesas	0	0	0	0
Receitas Eventuais	0	62	0	0
Venda de Sucatas	644	0	0	0
Liberação de Depósito Recursal	0	0	0	0
Taxa para Operação Portuária	3	1	2	0
Reversão de déficit atuarial	808	779	117	206
Antec. Arrendamento MAC 13	10.565	0	0	0
Outras Despesas	(528)	(654)	(128)	(482)
Ajustes de Estoques	(443)	(490)	(106)	(409)
Patrocínios	(37)	(72)	0	(72)
Multas	(48)	(93)	(21)	(1)
Outras	0	(0)	0	0
Total de Outras Receitas/Despesas	11.493	188	(9)	(275)

A principal variação ocorreu por conta da receita com a antecipação do Arrendamento do Leilão Empat MAC 13 no valor de 10.565 mil referente ao Porto de Maceió.

27. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros e variação monetária da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social e variações monetárias decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

Descrição	Período de nove meses findos em 30 de setembro		Período de três meses findos em 30 de setembro	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras	6.731	1.229	2.631	382
Juros Ativos	341	135	(269)	33
Variações Monetárias Ativas	663	284	203	96
Multas Ativas	73	546	37	127
Descontos Obtidos	317	43	6	7
Outras Receitas Financeiras	0	221	(2.683)	120
Rendimentos s/ Aplicação Financeira	5.337	0	5.337	0
Juros s/Ações	0	0	0	0
Despesas Financeiras	(41.667)	(21.870)	(12.881)	(7.708)
Juros Passivos	(2.621)	(688)	(547)	1
Variações Monetárias	(65)	(7)	(24)	(0)
Encargos Financeiros AVP	0	(4)	0	0
Atualização Monetária	(1.542)	(301)	(604)	(78)
Despesas Bancárias	(78)	(68)	(24)	(26)
Multas	(1.032)	(568)	(395)	(299)
Juros s/PORTUS	(4.779)	(4.695)	(1.171)	(1.648)
Variação Monetária s/PORTUS	(8.883)	(8.826)	(419)	(2.362)
Variação Monetária s/Créditos de Acionista - Decreto 2678/98	(21.613)	(6.527)	(9.192)	(3.199)
Atualização Monetária - INSS	(563)	(184)	(231)	(97)
Var. Mont. s/ dívida CODERN	(393)	-	(270)	0
Outras Despesas Financeiras	(99)	(0)	(4)	(0)
Total do resultado financeiro	(34.937)	(20.640)	(10.251)	(7.326)

Houve aumento de 448% na receita financeira, a variação ocorreu principalmente pelo reconhecimento de rendimentos sobre aplicações financeiras originados de recursos recebido da União para aplicação no Terminal Salineiro de Areia Branca.

Houve aumento de 91% na despesa financeira, a variação ocorreu principalmente pelo reconhecimento de multa e atualização monetária de tributos em atraso, bem como atualização monetária dos créditos da união para aumento de capital, sendo o aumento originado pelo aumento da taxa Selic.

28. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

Conforme previsto em Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto, dentre outros, de um representante da Classe Empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. Atualmente este cargo se encontra vago.

29. Maior e Menor Remuneração de Dirigentes e Empregados e Salário Médio

Descrição	2022	2021
Administradores		
Menor	15	18
Maior	22	28
Empregados		
Menor	5	2
Maior	30	29
Médio	6	5

Encontram-se incluso nos valores da maior e menor remuneração todas as vantagens e benefícios, em consonância com o previsto na Resolução CGPAR nº 03/2010.

30. Eventos Subsequentes

30.1 Arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca

Em 05 de novembro de 2021, o Consórcio Intersal arrendou o Terminal Salineiro de Areia Branca, onde serão investidos R\$ 164 milhões, o qual foi promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na Bolsa de Valores de São Paulo.

Como a assunção da área por parte do arrendatário está prevista já para o exercício de 2022, a CODERN deverá apresentar uma grande redução nas suas despesas e receitas no próximo exercício.

Vale destacar os seguintes impactos estimados gerados pelo Arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca, como segue:

a) DESPESAS:

Permanecerá sob a responsabilidade da Companhia a manutenção do canal de acesso, manutenção de área remanescente, despesas com pessoal do grupo de supervisão da GERTAB, veículo, serviços de água, luz, telefone e combustível e contratos com terceiros, com custo estimado de R\$ 4.394.000/ano.

b) RECEITAS:

A arrecadação proveniente do arrendamento será originada de uma parcela variável mensal, com base no quantitativo de sal movimentado, e de uma parcela fixa mensal.

A CODERN também receberá recursos advindos da tabela I, pela utilização do canal de acesso e recursos do tarifário pela utilização das instalações do Terminal Salineiro. A Receita total estimada é de R\$18.565.000/ano.

Ressalta-se ainda os reflexos oriundos do PDVE implantado pela Companhia no exercício de 2022, cuja execução resultará em significativa redução no quantitativo de pessoal, bem assim da despesa/custo com pessoal, considerando as adesões, como também empregados que não optaram pelo PDVE, conforme abaixo especificado.

Discriminação	Sede/Natal	Areia Branca	Total
Adesão	20	62	82
Desligamentos	05+04 (alvo)	05	14
Redução	R\$ 179.417,39	R\$ 37.427,09	R\$ 216.844,48
Meta	R\$ 339.311,93	R\$ 742.374,53	R\$ 1.081.686,46

Vale destacar que, até setembro/2022 foram desligados 8 empregados inscritos no PDVE, sendo 04 da SEDE/NATAL e 04 da ATEAB, o que gerou uma redução de custo mensal da ordem de R\$ 85.047,38.

30.2 Imunidade Tributária

Considerando que a Companhia vem apresentando déficit financeiros nos últimos 5 anos, considerando ainda a redução da Receita Operacional da CODERN, em vista do arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca a partir de 01/11/2022, a CODERN ingressou com processo judicial, a fim de pleitear imunidade tributária dos impostos relativos a ISS, IPTU e IPVA, de Natal e Areia Branca, uma vez que é uma Empresa Pública Federal, concessionária de serviços públicos pertinentes ao funcionamento de portos organizados do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 21, inciso XII, alínea f, da Constituição Federal, sendo qualificada como Autoridade Portuária pela Lei nº 8.630/93, e, posteriormente, pela Lei nº 12.815/13, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, conforme se constata de seu Estatuto Social, e precedentes do STF.

Com relação ao pleito ao Município de Areia Branca, em 28/09/2022, a 10ª Vara Federal emitiu Decisão favorável à CODERN, deferindo o pedido de antecipação de tutela para reconhecer a imunidade tributária recíproca referente ao IPTU e ISS da CODERN em face do Município de Areia Branca.

Quanto aos impostos de Natal/RN, na mesma data, a 1ª Vara Federal, emitiu Despacho intimando a parte para apresentar manifestação sobre o pedido de tutela de urgência, no prazo de 10 dias, e no prazo de 15 (quinze) dias mensurar devidamente o valor da causa, com base no proveito econômico a ser auferido no presente feito.

Em 28/10/2022, o Juiz da 1ª Vara Federal proferiu decisão favorável à CODERN, reconhecendo a imunidade tributária recíproca à CODERN, relativo ao ISS do Município de Natal.

No tocante aos impostos estaduais (ICMS e IPVA), em 24/10/2022, a 1ª Vara Federal - RN, intimou a parte autora para mensurar devidamente o valor da causa, com base no proveito econômico a ser auferido na presente demanda, bem como para juntar comprovante das custas iniciais complementares, caso necessário, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito.

A CODERN foi intimada a se manifestar no prazo de 05 dias sobre a petição, quanto à alegação de que a autora figura apenas como contribuinte de fato do ICMS, não podendo se opor ao pagamento da carga tributária incidente sobre o contribuinte de direito não imune, conforme despacho do Juiz da 1ª Vara Federal, emitido em 20/01/2023.

Vale ressaltar que, após o transitio em julgado dos citados processos, cujas decisões em sendo favoráveis à CODERN, haverá o reembolso dos impostos pagos nos últimos 5 anos, bem como o cancelamento dos débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado.

ULISSES DANILO SILVA ALMEIDA
Diretor Presidente
CPF Nº 843.994.147-15

ULISSES DANILO SILVA ALMEIDA
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 843.994.147-15

ROBERTO SANTOYO
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 504.434.887-20

FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros
CPF Nº 011.815.944-56

ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC 3815/RN
CPF Nº 201.065.804-34



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria de Sena, Analista Portuário - Contador - Técnico Portuário - Técnico Em Contabilidade**, em 17/03/2023, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Josefran de Aquino Junior, Gerente de Recursos Financeiros**, em 17/03/2023, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Santoyo, Diretor Técnico e Comercial**, em 17/03/2023, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6934464** e o código CRC **25DA861D**.



Referência: Processo nº 50902.001063/2023-92



SEI nº 6934464

Av. Eng. Hildebrando de Gois, 220, - Bairro Ribeira
Natal/RN, CEP 59010-700
Telefone: 4005-5330